



CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 257, DE 2016

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

EMENDA N.º

Acrescente-se onde couber:

Art. X. A Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 34-A é vedada a vinculação da remuneração de quaisquer títulos públicos federais à taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil."

JUSTIFICAÇÃO

Estamos propondo com a presente emenda uma medida

que julgamos importante em função do presente cenário econômico brasileiro que demonstra elevações da taxa Selic para se fazer combate à inflação, mas que têm gerado impactos substanciais sobre o estoque da dívida pública em função da grande vinculação da dívida pública.

Nossa emenda estipula vedação à vinculação automática, e não decorrente dos mecanismos de oferta e demanda pelos títulos públicos, entre a remuneração de títulos públicos federais e a taxa básica fixada pelo Banco Central. A aprovação desta emenda daria mais liberdade ao Banco Central para realizar a sua política monetária sem que haja impacto imediato sobre o estoque da dívida pública, o que, em última instância, atua sobre as expectativas dos agentes econômicos, minimizando os possíveis impactos dos ajustes necessários no setor econômico.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Alfredo Kaefer
Deputado Federal
PSL/PR